

A T A
36ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA SOROCABA E
MÉDIO TIETÊ – CBH-SMT

Realizada em 09/02/2007 no Município de Cerquillo - SP.

Aos nove de fevereiro de 2007, às 09:30h, na Câmara Municipal de Cerquillo, no Estado de São Paulo, os representantes e convidados do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Sorocaba e Médio Tietê, para tratar da pauta, conforme estabelecido pelo Ofício CBH-SMT 170/07 de 04 de janeiro de 2007.

Aberta a reunião pelo Sr. Aldomir José Sanson Prefeito do Município de Cerquillo, agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao Senhor Élbio Trevisan Presidente do Comitê que também agradeceu as presenças e passou a palavra à Senhora Rosângela César, Secretária Executiva do Comitê que comunicou o quórum para as deliberações, 34 presentes dos representantes do colegiado.

Os membros do colegiado do Comitê deliberam e encaminham :

Aprovação da Ata da 35ª Reunião Extraordinária realizada em Cerquillo, com a inclusão da participação de Fátima Aparecida Secretária Executiva do Fórum Lixo e Cidadania e também a presença da técnica social Lucia Alves e o recebimento do termo de compromisso consignado em Ibiúna, para implantar o trabalho do Fórum.

Deliberação **aprovando** reencaminhamento dos projetos FEHIDRO:

Diagnóstico dos resíduos de serviços de saúde, tomador Ceriso em parceria com a Fatec.

Impactos antropogênicos na concentração de metais no alto da bacia do Sorocaba, tomador UNESP.

Estudos e análises da legislação federal, estadual e municipal com o novo tomador, Associação de jornada ecológica -AJE,

O regimento eleitoral 2007-2009, foi explicado pelo Senhor Wendell Rodrigues, Vice-presidente e a Secretária Executiva disse “Só lembrando é a deliberação CBH-SMT 185 e é semelhante àquela aprovada para eleição do corpo diretivo 2005-22007 e está no site sigrh.sp.gov.br. Em um dos artigos ficou combinado sobre a articulação do segmento Municípios, feita com os representantes dos Municípios junto à comissão eleitoral.” Calendário : cadastramento para novas entidades da sociedade civil e recadastramento até 03/03. Em 06/03 avaliação do cadastramento em reunião da Comissão Eleitoral-CE, tripartite, 07/03 divulgação dos resultados, 08 e 09/03 prazo para recursos, 14/03 publicação dos resultados, 14/03 reunião preparatória do estado, 17/03 reunião da sociedade civil na prefeitura de Sorocaba para a definição da participação da sociedade civil nas Câmaras Técnicas, 20/03 escolha dos representantes junto ao CRH/Conesan, 30/03 reunião plenária do CBH-SMT, eleição.

A Senhora Selene membro do segmento sociedade civil, entidade Faculdade de Itu, disse que leu a deliberação e não era contrária, mas não tinham o total conteúdo da deliberação. A Senhora Solange, membro segmento Governo

do Estado de São Paulo, SEJL, esclareceu, “Eu faço parte também da CE e para deixá-los mais tranquilos a CE foi eleita e aprovada na reunião de Tatuí e na verdade o que essa deliberação faz é simplesmente adequar as datas, o calendário eleitoral para o ano de 2007, não tem nenhuma modificação de importância, a grande modificação foi a facilitação da modificação na documentação para a sociedade civil. É o mesmo trâmite dos outros anos o que foi adotado e somente alterou as datas, no que foi a eleição no dia 24/03 nesse ano será no dia 30/03.”

Votada a deliberação 185 foi aprovada.

A Senhora Jussara Carvalho, membro pelo segmento Governo do Estado de São Paulo e Coordenadora da UGP, introduziu a apresentação do Plano de Bacias dizendo “Hoje é um dia muito especial porque estamos recebendo algo muito importante que é o plano de bacias. (...) tivermos por volta de 60 reuniões da Câmara Técnica UGP, fizemos nosso relatório zero e a partir daí seis consultas públicas, sendo uma em cada subbacia e uma audiência pública integrando todos. Com total aproximado nessas audiências públicas de 600 pessoas participando. Na reunião que tivemos em novembro do Comitê foi entregue o relatório zero e um ano antes em dezembro foi aprovada a lei da cobrança. É importantíssimo isso porque só a partir da aprovação da lei de cobrança que houve a definição de regras dos planos de bacia. Estávamos ao final do plano quando foram aprovadas essas regras pelo CRH, e de novo tivemos de parar, reavaliar, redirecionando para ver o que poderia ser mantido e o que precisava ser objeto de novo termo de referência-TR de complementação, inclusive sendo recomendação do próprio conselho estadual de recursos hídricos-CRH para todos os Comitês fazerem essa complementação. Ele trás essas duas coisas, o plano de bacia é necessário para

efetuarmos a cobrança pelo uso da água, e não é qualquer plano é o plano segundo as regras estabelecidas pelo CRH (...) Fizemos essas correções no que foi possível para atender a deliberação e o que não foi possível fica para o TR de complementação que vou falar para vocês daqui a pouco. O José Luiz Coordenador de trabalho pelo IPT não vai poder apresentar todos os produtos que temos do plano de bacia, o relatório zero que é o diagnóstico geral da nossa bacia, o mapa diagnóstico que são esses que estão nas paredes que contém uma série de informações de toda a bacia, o mapa de demandas, captação e lançamento de várias fontes, mapa síntese de informações por subbacias, as seis, as metas que são os objetivos de nosso plano de bacias com prazo médio, curto e longo e as ações para cada meta para mostrar se aquela meta está sendo cumprida e por fim o quanto vamos gastar em tudo isso, o plano orçamentário.”

O Senhor José Luiz Filho, Coordenador do Plano de Bacias IPT apresentou o Plano de Bacias, cujo conteúdo está na íntegra na Ata completa, aqui destacamos em suas palavras “(...) é natural que surjam como a Jussara mencionou por volta de 500 ações e grande parte delas foram sugeridas, identificadas nas audiências públicas e uma parte que a gente na qualidade de técnicos percebemos que não tinham sido indicadas, (...) A primeira coisa que temos que ver é o balanço entre oferta e demanda (...) e o resultado é de 88%, ou seja superou em 38% a metade que é o início, olhando a bacia como um todo. (...) recortes das águas subterrâneas do estado feito com uma metodologia interessante, e na bacia do baixo Tietê inferior temos a famosa área do sistema o aquífero Guarani, só que Sorocaba tem mais para proteger porque 90% da área é área de recarga, ela vai poder se abastecer mas vai ter de preservar e muito. A questão da vulnerabilidade é um trabalho da Cetesb e DAEE, onde as cores mais escuras, tirando o cinza porque não tinha

metodologia nessa época e agora já está sendo desenvolvida, e as cores do baixo Tietê inferior significam vulnerabilidade elevada, exatamente na área de recarga do Guarani. Áreas de erosão, um problema sério na área do baixo Tietê inferior e do alto Sorocaba onde temos o manancial da represa de Itupararanga. (...) o problema da cobertura natural vegetal que é baixíssima. Pegando apenas duas questões a Área de Preservação Permanente-APP e a reserva legal que é 20% da área tão elevados números de déficit. (...)os grandes grupos encontrados de problemas na bacia onde o primeiro grupo é o de saneamento, segundo abastecimento, proteção, conservação preservação de mananciais, a questão da base de dados que continua carente de informações e a questão das pesquisas e educação ambiental. Sem entrar em muitos detalhes junto com a UGP identificamos quatro grandes metas para esses blocos para ser perseguida nos períodos de 2007-2010, o imediato, depois 2015, 2016-2020. A primeira meta é a universalização da coleta de esgoto, separamos coleta e depois tratamento. (...)A meta é zerar os déficits da coleta, diminuindo em cada período até zerar em 2020 e o mesmo tratamento é para a questão do esgoto urbano. (...) A parte do abastecimento de água é bastante razoável, colocamos a universalização no sentido de atingir ou manter certos limites e a mesma coisa para o tratamento de água. Temos o problema da questão da perda de água tanto do que é tarifado como do ponto de vista físico. A estratégia foi verificar o quanto cada cidade deveria estar gastando para um plano de combate a perda e propomos para que a curto prazo seja feito esse estudo em todos os Municípios da bacia, um plano setorial de conservação do uso da água, onde cada cidade terá uma realidade diferente, para se programar para o ano seguinte o combate à perda da água. Por último a questão da erosão. Outro problema presente é a inundação, os dados estaduais trabalham muito com referência de 50.000

habitantes, mas vimos nas reportagens que isso não é privilégio das cidades 50.000 habitantes então estamos propondo 30.000 habitantes, propondo que seja feito planos diretores de macro drenagem se os problemas forem maiores nas cidades maiores seriam feito lá e depois nas cidades menores. Área contaminada, temos os estudos da Cetesb publicado e pegamos algumas grandes áreas, tem muitas recuperadas e outras remediadas há quatorze ou quinze necessitando de confirmação, (...) Na parte da vegetação(...), colocamos como meta no caso da APP para até 2020 diminuir em 30% desse déficit. E o mesmo raciocínio para a reserva legal, que no caso a dívida é três vezes maiores que a APP. Sobre a rede de monitoramento em recursos hídricos temos uma rede relativamente boa em São Paulo pelo menos em quantidade e a Cetesb tem uma série de pontos sendo implantados com os recursos Fehidro e da mesma forma o CBH está implantando na questão da quantidade. (...)E por último ligada a pesquisa, capacitação tecnológica e educação ambiental. (...) A questão das ações estamos sempre procurando acompanhar o que está sendo feito no Plano Estadual de Recursos Hídricos-PERH 2004-07 propondo metas estratégicas para serem atendidas permanentemente no Estado, depois metas gerais a serem atendidas no Estado mais suas revisões periódicas e metas específicas que seriam as organizadas nos Comitês. As três primeiras colunas são colocadas como no PERH e a gente começa o Plano de Bacia com as ações recomendadas pelo Plano de Bacia, pegando as 500 ações (...) Sempre que apontamos para essas grandes quantidades de recursos financeiros a maioria se lembra que o Fehidro não tem dinheiro mas há outras fontes...”

A entrega do Plano de Bacias foi **aprovada** e aplaudida pela plenária, e membros como Jussara, Cida Spina, Solange, Prefeito Marco Antonio Vieira de Campos, Presidente da

Agência da Bacia, Vitor Lippi, Prefeito de Sorocaba e a mesa elogiaram o trabalho.

Após amplos debates houve algumas propostas, incluindo que o TR da complementações do Plano de Bacia não precisaria passar pela Câmara Técnica de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos-CTPPLAGRHI e outra que passasse pela CTPGRH. **Aprovado** que a complementação do Plano de Bacia, o TR, passaria por uma avaliação da CTPLAGRHI e seria enviado por deliberação ad referendum.

No prosseguimento dos trabalhos o Eng^o Eduardo Mazzolenis de Oliveira, Gerente do Departamento de Águas Superficiais e Efluentes Líquidos da CETESB fez a apresentação a cobrança pelo uso da água. Destacamos, que a personalidade jurídica do instrumento é de preço público e paga-se sobre o volume captado, extraído, derivado e consumido. Quem paga até 31 de dezembro de 2009 são os usuários urbanos e industriais e os usuários urbanos não são aqueles que estão necessariamente no perímetro urbano. Quem cobra é a Agência da Bacia ou DAEE. Até dezembro de 2009 os operadores públicos e privados podem requerer 50% do que deveriam pagar na cobrança se comprovarem que estão investindo em tratamento de esgoto. Os recursos podem ser aplicados nos planos projetos e obras definidos no Plano da Bacia. Prosseguiu explicando sobre a fórmula da cobrança e ao final houve a participação da plenária com perguntas. A íntegra encontra-se na Ata Completa.

O Senhor Marcelo Minelli representante da Cetesb teceu considerações sobre a participação da CETESB no sistema, “onde o setor de recursos hídricos está diretamente na área de meio ambiente, porque estamos falando de vinte e um Comitês no Estado, portanto seria falso se falasse que assumo com esse Comitê o compromisso de priorizá-lo, não posso, o que posso fazer como Diretoria de Controle e a

Diretoria de Engenharia é que dentro da priorização de todos os Comitês estar colaborando dentro de suas competências.(...)com relação ao relatório do Plano de Bacias, porque acho fundamental haver planejamento mas acho que tem de haver alguns prazos e de algumas articulações que pudessem ser construídas principalmente em função da resolução Conama para o reenquadramento. “

A Senhora Jussara propôs a seguinte deliberação "Solicita a priorização do Comitê perante os órgãos gestores do estudo de cobrança pelo uso da água.

Considerando a lei 7633/91 que dispõe sobre o gerenciamento de recursos hídricos no Estado de São Paulo.

Considerando a lei de 1020/98 que autoriza os órgãos do Estado para participação e fundação das bacias hidrográficas.

Considerando a lei estadual 12183/05 que dispõe sobre a cobrança do uso da água e decreto estadual 5667/06 que regulamenta a lei de cobrança pelo uso da água.

Considerando a criação do GTCOB através da CTPLAGRHI, considerando os trabalhos desenvolvidos pelo GTCOB no sentido de desenvolver os estudos necessários para cobrança do uso da água na bacia do Sorocaba e Médio Tietê, delibera :

Solicitar aos órgãos gestores CETESB, DAEE e ao CORHI a priorização desse Comitê para o apoio técnicos que se fizer necessário para os estudos que visam a cobrança pelo uso da água."

Aprovada.

Prosseguindo a reunião com os informes o Senhor Cláudio

Maffei, Prefeito de Porto Feliz disse que gostaria de conversar pessoalmente com os representantes do Fórum Lixo Cidadania, “E sobre a questão aqui no boletim sobre o Médio Tietê, em um dos três assuntos um deles é sobre a área contaminada por produtos químicos em Porto Feliz (...) foi uma contaminação, uma empresa norte-americana que contaminou a área e o SAAE hoje de Porto Feliz faz monitoramento, tem a vigilância sanitária que também faz e também o meio ambiente. Temos processos gigantescos a esse respeito, gostaria de colocar à disposição se as entidades da sociedade civil precisarem se reunir com a gente temos disponibilidade para isso, gostaria de me colocar à disposição de vocês para discutirmos...”. A Senhora Cida Registrou a parceria com a Secretaria de Educação unindo a educação ambiental ao ensino infantil e fundamental. O Senhor Vice-presidente com respeito a questão levantada pelo Prefeito Maffei, disse que a Câmara Técnica com a participação da sociedade civil já estavam providenciando para ficarem a par dos acontecimentos. Sobre a questão da mortandade de peixes em Pirapora, Porto Feliz e Tietê concedeu palavra ao Senhor Moschini que leu o manifesto acerca dos problemas no Médio Tietê (anexo). O Senhor Gabriel Bittencourt, segmento sociedade civil parabenizou o Prefeito Maffei de Porto Feliz por conta da criação do cargo pela Câmara Municipal na Coordenadoria de educação ambiental, “e sobretudo por conhecer a sensibilidade de nosso Prefeito para com todas as questões ambientais. E não podia ser diferente, com pouco tempo de atuação de fato a gente percebe que essa sensibilidade tem redundado em ações práticas, sendo duas delas, para que possa fornecer subsídios para os outros Prefeitos e Câmaras Municipais. Quando Vereador em Sorocaba propus que pudéssemos utilizar todos papéis oficiais da prefeitura em papel reciclado, tanto pelo que significa de economia no abate de árvores, como de energia elétrica ou água, como também pelo papel

pedagógico que o poder público exerce quando distribui diretamente fartamente sua correspondência na sociedade, (...) propus ao Prefeito usando o mesmo argumento ele prontamente atendeu. A surpresa maior foi quando fazendo as cotações encontramos papel reciclado abaixo do papel branco. Ontem à noite o Prefeito assinou decreto solenemente instituindo papel reciclado em toda a administração direta e indireta de Porto Feliz., além do mais assinou outro decreto mostrando a disposição do Município de investir em educação ambiental decretando ano de 2007 em Porto Feliz como o ano da educação ambiental.” O Senhor Vice-presidente ressaltou “Continuamos também lutando contra a implantação das PCHs, uma em Salto e uma em Cerquilha.” E finalmente ressaltou a necessidade do segmento sociedade civil ter seus custos subsidiados pelo sistema para poderem continuar acompanhando as reuniões e os diversos compromissos afetos ao sistema garantindo dessa forma a verdadeira participação tripartite. “Com relação a represa de Itupararanga que é o maior manancial que temos, a sociedade civil está mantendo esforços no sentido de apoiar os companheiros e colegas que o Conselho da APA de Itupararanga passe a funcionar.” E disse da necessidade de abrirem discussão no Grupo de Trabalho, GTI, sobre as dificuldades do pequeno agricultor para obter outorga, como em Piedade.

O Senhor Presidente informou que a Sabesp entregou a planilha de custo, contrato de programa e a planilha de arrecadação e encaminhou à Câmara Técnica.

A próxima reunião plenária do Comitê foi agendada para o dia 30/03 em Sorocaba.

O Prefeito anfitrião Sr. Aldomir José Sanson Prefeito do Município de Cerquilha fez seus agradecimentos, em especial ao Dr. Pilon Presidente da Câmara Municipal e declarou

encerrada a reunião.

A presente Ata foi elaborada em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião, sendo que a Ata completa contém a íntegra desta reunião.

Já de algum tempo, vimos com insistente frequência manifestando neste plenário nossas preocupações com a triste condição em que se encontra em nossa região, o glorioso TIETÊ que pelas suas águas os bandeirantes avançaram além da linha de Tordesilhas alargando o território brasileiro.

Também com ~~mmmm~~ alguma frequência, os meios de comunicação de modo especial a imprensa escrita e televisada noticia as péssimas condições do nosso rio, principalmente devido a - falta de tratamento de esgotos nos ricos municípios da região metropolitana da capital.

No começo deste ano, o jornal " O ESTADO DE S.PAULO" relata va que a Prefeitura de São Paulo está acionando o ministério público estadual para que exija daqueles municípios que possuem serviço próprio de águas e esgotos que cumpram seus com pr om iss os com rela ção ao PROJETO TIETÊ que tem por objetivo aumentar a coleta e tratamento de esgotos e outros poluentes que são lançados in natura nos rios e córregos que vão desem boçar no Tietê.

Desde 1992, portanto há 15 anos uma rede formada por cinco - grandes estações de tratamento de esgotos: ABC, Barueri, Par que Novo Mundo, São Miguel e Suzano, estão prontas e com capacidade para tratar 18000 litros de esgoto por segundo sendo que somente 12800 litros são tratados. Afirma-se que para as prefeituras daquela região o tratamento de esgotos não é prioritário e por considerarem que o custo desse tratamento pela SABESP é muito elevado, não chegam a um acordo para resolver esse problema. Assim, os esgotos produzidos por milhões de moradores daquelas cidades são levados para o Rio Tietê e chegam até nossa região. A SABESP afirma que diariamente, 300 milhões de litros de esgotos são lançados nos corpos - d'água na região metropolitana da capital. Existe também, m resitência da população que iria pagar mais caro pelo tratamento dos esgotos.

O ESTADO DE S.PAULO" de 1º de janeiro noticia que o Ministério Público Estadual está acionando a Prefeita de Guarulhos, a cidade do estado em número de habitantes propondo que em 30 (trinta) anos . . . trate os esgotos do município.

Julgamos esse prazo excessivamente longo. Seria o caso da proctoria exigir que além de Guarulhos, outras cidades levem seus esgotos para as estações já existentes e que em parte estão ociosas, embora isso tenha um custo para o contribuinte seria um grande benefício para as populações do alto e do médio Tietê.

É preciso que os prefeitos e todas as lideranças dos municípios cujos territórios são banhados pelo Tietê se organizem com a colaboração de nosso Comitê para que proponham aos Srs. proctores do Meio Ambiente de cada cidade que em conjunto exijam dos municípios da região metropolitana da capital uma solução para esse problema em um prazo mais razoável.

SALVEMOS O TIETÊ.

Obrigados

BB CERQUILHO, 09 de fevereiro de 2007

Francisco Antonio Moschini